



O MALLEUS MALEFICARUM E A QUESTÃO DA BRUXARIA: A MULHER NOS TEMPOS DA INQUISIÇÃO

THE MALLEUS MALEFICARUM AND THE QUESTION OF WITCHCRAFT: THE WOMAN IN TIMES OF THE INQUISITION

PEREIRA, Juliana Avila¹

<https://orcid.org/0000-0003-0589-4878>

RESUMO: O presente estudo busca tecer algumas reflexões acerca do tema: ser mulher nos tempos do auge da instituição cristã da Santa Inquisição e o recorte social e de gênero vinculado ao arquétipo da famigerada “bruxa” tão perseguida pelos inquisidores. Mergulhando nas águas do imaginário construído pela Igreja Católica para argumentar a inferioridade “natural” do gênero feminino e sua preponderância ao maléfico através do tratado demonológico mais difundido na sociedade civil europeia, o *Malleus Maleficarum*. O diferencial desta obra, do século XV, era o seu teor misógino que contribuiu na mudança de foco da inquisição de hereges para bruxas. Neste sentido, pretendemos explorar as justificativas utilizadas para promover uma perseguição que levou milhares de mulheres a fogueira por crimes de “bruxaria”.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Bruxaria; *Malleus Maleficarum*.

ABSTRACT: The present study seeks to make some reflections on the theme: being a woman at the height of the Christian institution of the Holy Inquisition and the social and gender aspect linked to the archetype of the infamous “witch” so persecuted by the inquisitors. Plunging into the waters of the imagery built by the Catholic Church to argue the “natural” inferiority of the female gender and its preponderance to the maleficent through the most widespread demonological treaty in European civil society, the *Malleus Maleficarum*. The difference of this work, from the 15th century, was its misogynistic content which contributed to the shift of focus from the heretics to witches inquisition. In this sense, it is intended to explore how justifications used to promote a persecution that led women to a bonfire for crimes of “witchcraft”.

KEYWORDS: Women; Witchcraft; *Malleus Maleficarum*.

1 Acadêmica no curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Coordenadora e educadora de História no Pré-Universitário Popular Quinta Superação, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior (PAIETS). Membro do grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo (FURG). E-mail: pereira-julianapereira49@outlook.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa tencionar as questões de gênero e analisar o período referente a caça às bruxas na Europa, utilizando como fonte da pesquisa o principal tratado demonológico *Malleus Maleficarum*, publicado em 1484 por Heinrich Kramer e James Sprenger. Enquanto concepção teórico-metodológica utilizasse a Análise de Discurso, tendo em vista a construção do discurso ideológico produzido pelos autores da referida obra e entendendo o mesmo como parte do contexto sócio histórico. Em conjunto a tal metodologia utilizamos o conceito de Gênero e os Estudos Femininos, servindo-nos como principais autoras Joan Scott e Judith Butler, que compreendem gênero enquanto uma categoria social e culturalmente construída.

Tendo em vista a natureza religiosa da sociedade civil europeia e o poder exercido pela Igreja Católica nas esferas políticas, sociais e econômicas no período que compreende a Idade Média, percebemos como nos momentos de instabilidade o poder religioso se utilizou de mecanismos coercitivos e alusivos ao supersticioso para se manter no poder, entre tais abalos sociais, destacou-se a fundação do Tribunal da Santa Inquisição, que promoveu uma perseguição de gênero em massa em busca das famigeradas “bruxas”.

O IMAGINÁRIO CRISTÃO

O Tribunal da Inquisição foi uma instituição criada no século XIII, sob autoridade do Papa Gregório IX que temia o avanço das seitas religiosas consideradas heréticas nos territórios cristãos. Sendo assim, o Santo Ofício foi engendrado e estabeleceu uma organização baseada em uma união de tribunais católicos que tinha como objetivo identificar, julgar e punir todos aqueles que, de alguma forma, desviassem-se da postura católica esperada, de forma a ameaçar as doutrinas da instituição cristã. Posteriormente, entre os séculos XV e XVIII, a inquisição ficou conhecida por suas inúmeras perseguições as então chamadas “bruxas”, com altos números de execuções na fogueira e enforcamentos de mulheres, assim, caracterizando a fase Moderna. Os inquisidores eram clérigos de ordens religiosas que atuavam junto ao poder civil para combater as forças heréticas nos territórios do ocidente cristão.

As primeiras punições contra aqueles considerados desviantes da fé católica estavam atreladas a excomunhão e sucessivamente a exclusão social/comunal. Isso muda quando o cristianismo se firmou na Europa enquanto uma unidade religiosa central e política. Isto é, é reconhecida no território como religião oficial do Império, tendo uma visão unilateral da fé que se coloca sobre as demais interpretações religiosas. Sendo assim, o cristianismo

fora considerado o meio primário para harmonia e união política. Neste sentido, surge o receio da Igreja Romana de ter seus pilares questionados, assim, qualquer visão religiosa era considerada um risco para a coesão política estabelecida.

A prática de demonização e/ou perseguição de povos considerados inimigos era frequentemente utilizada pelos europeus, tomemos como exemplo de tal prática as investidas contra os povos orientais e mais tarde o mesmo artifício foi utilizado na América. Essa repressão dos desviantes da fé ganhou força no século XII, com o surgimento de grupos hereges populares na Europa (Valdenses e Cátaros). Deste modo, a visão unilateral da Igreja Católica Romana corria risco, sendo necessário exterminar com seus opositores para manter sua unidade e poder. Segundo o professor e teólogo Leonardo Boff:

A Inquisição propriamente surgiu quando em 1232 o imperador Frederico II lançou editos de perseguição aos hereges em todo o Império pelo receio de divisões internas. O Papa Gregório IX, temendo as ambições político-religiosas do imperador, reivindicou para si essa tarefa e instituiu inquisidores papais. Estes foram recrutados entre os membros da ordem dos dominicanos (a partir 1233), seja por sua rigorosa formação teológica (eram tomistas), seja também pelo fato de serem mendicantes por isso presumivelmente desapegados de interesses mundanos. (BOFF, 1993, p.13)

É notório na História da humanidade a importância da comunicação no desenvolvimento das relações sociais, assim, a mesma desempenha um papel basilar no cerne de todas as sociedades. Posto isso, em um panorama histórico geral percebemos o quanto significativo é a presença do discurso como produtor de significados no interior das sociedades, tendo em vista que o mesmo é construído por elementos sociais, históricos e linguísticos que combinados formulam um sentido ideológico que expressa coerência (SILVA; SILVA. 2009). Nesse sentido, nos processos inquisitoriais milhares de mulheres foram levadas a julgamentos, torturas e mortes, pois, a representação do gênero feminino foi construída na mentalidade coletiva através de um discurso embasado na suposta “perversidade da mulher” — tema muito focalizado no *Malleus Maleficarum*.

Nesta perspectiva, analisando a construção do Tribunal do Santo Ofício na Europa medieval (século XV), percebemos como os clérigos católicos também utilizaram amplamente o discurso como mecanismo de controle e influência social. Determinando assim, comportamentos e sentidos atrelados ao imaginário coletivo envolvendo signos entorno disso. Deste modo, influenciando diretamente na construção da figura “mulher bruxa” no imaginário coletivo da época, por meio de um discurso elaborado e propagado para toda a sociedade civil que veio a desembocar na Caça às Bruxas europeia.

O discurso promovido pelos clérigos filiados ao Tribunal do Santo Ofício resultou em

alguns manuais inquisitoriais. Estas obras serviram para fundamentar a referida instituição, tanto no quesito da legalidade e jurisdição, quanto na teoria ideológica da Inquisição (a partir do século XV). Como exemplo, podemos mencionar o caso do teólogo espanhol Nicolas Eymerich (1320 – 1399), autor da obra *Directorium Inquisitorum* (1376) — também conhecido como “Manual dos Inquisidores”. Tal obra, foi ampliada séculos mais tarde por Francisco de La Peña em 1578. Este manual possui um caráter estritamente jurídico, ele definiu a bruxaria e a enquadrou como um crime na sociedade passível de julgamento legal. A obra é dividida em três partes: jurisdição do inquisidor, prática inquisitorial e questões referentes a prática do Santo Ofício da Inquisição.

Já o manual *Malleus Maleficarum* ilustra bem o caráter ideológico que embasa a Inquisição a partir do século XV. Esta obra foi pública no ano de 1484 sob autoria de Heinrich Kramer e James Sprenger¹, o grande diferencial deste manual está em sua propensão misógina, categorizando e atribuindo todas as crises e malefícios que ocorriam no mundo a mulher. Todos os manuais anteriores discorriam sobre os crimes de bruxaria, porém, tais crimes poderiam ser cometidos por ambos os gêneros, o *Malleus* desconstrói este discurso e o reconstrói colocando a mulher como bode expiatório da sociedade, culpada pelas mazelas sociais que ocorriam, mitigando os homens de tal culpa e impondo ao feminino esta chancela. Um ponto que deve ser frisado é que o *Malleus* utiliza toda a base jurídica expressa no *Directorium Inquisitorum* para fundamentar suas afirmações.

Estes manuais evidenciam em seu discurso o caráter real da bruxaria na mentalidade coletiva na sociedade da época, sendo algo concreto que deveria ser combatido com ímpeto pelos soldados de Deus (clero) para livrar o mundo desta ameaça profana. Ademais, estas obras — principalmente a última citada — denunciam o caráter da perseguição de gênero que foi a Caça às Bruxas, estando estes manuais imbuídos de um pensamento ligado a suposta “perversidade feminina” e a dicotomia entre o homem e a mulher presente nas narrativas apresentadas.

Ao pensar o período referente a grande Caça às Bruxas europeia, é evidente a natureza misógina deste processo. Em outras palavras, é perceptível que tal perseguição foi influenciada pela índole de gênero — principalmente depois de 1484. Deste modo, para estudar

1 Mainka apresenta em suas pesquisas, que estudos mais recentes trazem a informação de que o manual foi escrito apenas por Kramer, levando o nome também de Sprenger para que a obra pudesse ganhar maior notoriedade, já que esse era parte do corpo docente da Universidade de Colônia, tendo bastante prestígio entre os pensadores da época. (BITTENCOURT, 2019, p.127-128 apud MAINKA, 2002, p. 116)

este processo visamos tencionar aqui as teorias dos Estudos Femininos, História e Gênero. Conforme Joan Scott (1995, p.22 – 23): “o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros”. Ou seja, o termo gênero evidencia um processo cultural de atribuição de funções sociais a homens e mulheres, que os induz a construção social de suas subjetividades.

Posto isso, os estudos que se debruçam sob a ótica de gênero partem do princípio da relação entre homens e mulheres, tal conceito é: “utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação [...] das mulheres.” (SCOTT, 1989, p.7).

Partindo deste pressuposto, o reconhecimento da bruxaria enquanto algo real está expresso no manual inquisitorial *Malleus Maleficarum*, cujo título de sua primeira parte demonstra de maneira mais evidente tal questão: “Das três condições necessárias para a bruxaria: o Diabo, a bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso”. Nesta perspectiva, a bruxaria é um elemento fictício, pois, não existem comprovações para tais práticas, porém, era reconhecida como algo verdadeiro pela Igreja Católica e também estava presente na mentalidade popular que atribui diversos estigmas e arquétipos para configurar tal crença. Deste modo, ela é colocada como um artifício a ser rigorosamente combatido. Segundo Helen Pimentel:

As heresias, incluindo entre elas as práticas mágicas ou feitiçarias, não existem por si sós, não são objetos naturais. Sua existência está ligada a um universo de crenças que perpassa toda a sociedade e não pertence a determinados meios sociais apenas. Povoando o imaginário, está carregado de significações específicas que são atribuídas a determinadas práticas. (PIMENTEL, 2012, p.37)

Sendo a bruxaria algo pertencente a mentalidade deste período, o livro *Malleus Maleficarum* contém em seus escritos, diversas situações e relatos de mulheres que se reuniam para frequentar sabás durante a noite, enfeitiçar jovens mulheres e homens de seu interesse, roubar crianças e profanar a fé católica. Estes hipotéticos sabás, relatados nas páginas do *Malleus* por Kramer e Sprenger, são descritos enquanto encontros noturnos de mulheres nos quais supostamente aconteceriam orgias sexuais banquetes, fabricação de unguentos feitos a partir de carnes e ossos de crianças recém-nascidas e não batizadas, rituais de iniciação de bruxas novatas neste “coven” e, uma característica de suma importância, é a presença da figura do Diabo em tais encontro. Tais falas nunca foram

comprovadas, são frutos de um imaginário, entendendo este como um “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43).

São variadas as justificativas e explicações para a alteração da perspectiva do Tribunal do Santo Ofício medieval, que tinha como principal alvo as inúmeras heresias religiosas nos territórios cristãos, para a óptica Moderna que deu bases aos processos inquisitoriais de caça às bruxas, entre os séculos XV e XVIII. Segundo o historiador Carlo Ginzburg (2012, 263) reverberavam fortes suspeitas entre pessoas letradas que existira uma seita organizada para transformar os territórios cristãos em terras profanas, sob uma coerção demoníaca. Nesta perspectiva, através de um discurso basilar de um imaginário sistematicamente construído, a perseguição, julgamento e punição de homens e, principalmente mulheres, acusados de bruxaria e feitiçaria estava justificada. Com o advento da legalização da tortura nos interrogatórios pela Igreja Católica e o reconhecimento da bruxaria como algo real pela referida instituição, era legítimo caçar e penalizar todos aqueles que ousassem fugir do padrão estipulado pelos dogmas cristãos, sob pena de simples suspeita de heresia, o que poderia resultar em torturas e mortes.

A partir da perspectiva da doutrina católica, o pecado original é cometido pela primeira mulher que fora corrompida pela serpente e, assim, tal pecado acabou por expulsar a humanidade do paraíso. Nesse sentido, o discurso cristão é estabelecido sob uma perspectiva dicotômica, o bem e o mal, o pecado e o perdão, a perfeição e o imperfeito. Em conformidade a este olhar binário das coisas, o homem e a mulher também são descritos enquanto seres opostos. Em tal discurso o masculino é tido como detentor da razão, da superioridade intelectual e religiosa. Já, a mulher, é colocada como “naturalmente” inferior e tendenciosa ao pecado, por ser ela debilitada nas faculdades mentais e mais facilmente corrompível.

Esse olhar binário para a questão de gênero é baseado na premissa intrínseca de “ser” homem e mulher, em outras palavras, na ideia de essência biológica dos gêneros. Joan Scott (1992, p.82) define tal pensamento como: “uma categoria social fixa, uma entidade separada, um fenômeno conhecido — eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro e fora de contextos e papéis diferentes, cuja experiência mudava, mas cuja essência — como mulher — não se alterava”.

Ao refletirmos sobre as questões de gênero através do olhar histórico, é evidente a relação deste conceito com a organização das sociedades. O gênero é um fator englobado nas relações de poder, estando em constantes disputas entre o masculino e o feminino,

assim, ele determina e define as hierarquias políticas e sociais construídas no interior das sociedades. Deste modo, as relações de dominação e subordinação são construídas e reconstruídas de acordo com as necessidades sociais, impondo estigmas, arquétipos, espaços de ocupação e poder, práticas e anseios distintos entre os sexos. Tudo isso embasado em uma premissa discursiva do suposto “natural”, porém, suas construções do feminino e masculino não estão voltadas para as diferenças naturais e biológicas entre homens e mulheres, e sim, a uma construção de mundo vinculada ao social e cultural.

A criação do Tribunal da Santa Inquisição tinha por objetivo investigar e julgar crimes de heresia, como foi explicado anteriormente. Conforme Leonardo Boff (1993, p.12): “o herege é aquele que se recusa a repetir o discurso da consciência coletiva. Ele cria novos discursos a partir de novas visões da realidade religiosa”. Nesse sentido, existia um medo por parte da Igreja Romana — que acreditava ser detentora da verdade — de ter seus pilares questionados por estas novas interpretações religiosas, assim, impondo um controle severo a população e a doutrina.

Posto isto, as formas de heresias e o conjunto de práticas consideradas não apropriadas pela visão da Igreja eram passíveis de investigação e julgamentos pela inquisição, sendo inclusa e mais fortemente perseguida a partir do século XV as práticas femininas apontadas como bruxaria. Após o conturbado século XIV na Europa, o discurso religioso passou a ser mais repressivo contra aqueles considerados culpados pelas crises que ocorriam, sendo apontados como bodes-expiatórios causadores destes malefícios. O crime de bruxaria foi amplificado em números e perseguições, sendo apontado por muitos autores de manuais demonológicos — dentre eles o próprio *Malleus Maleficarum* — como pecado mais hediondo. Desta forma, tal crime deveria ser tratado de maneira mais severa, já que era considerado uma afronta direta a Deus na visão da Igreja.

O *Malleus Maleficarum* (1484), dentre os tratados demonológicos da Santa Inquisição, foi o manual mais difundido na esfera da sociedade civil, tendo inúmeras edições ao longo dos anos que abarcaram a caça às bruxas. Ele foi usado como guia de muitos inquisidores, porém, não foi o único, existiram outros como: *Directorium Inquisitorum* de Nicolas Eymerich (1376/1578 — mencionado acima); *Formicarius* de Johannes Nider (1475); *Demonolatriy* de Nicholas Remy e Montague Summers (1595); *Daemonologie* de Rei Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra (1599); entre outros.

Pelo maior alcance de difusão ideológico na massa popular e pela posição marcadamente misógina, o *Malleus* destacou-se dos demais tratados demonológicos do Santo Ofício. Nas palavras de Mainka:

Esse Manual de caça às bruxas, válido até o fim do século XVII, tanto nos territórios católicos quanto nos territórios protestantes, definiu a bruxaria definitivamente como um pacto real entre o demônio e a bruxa, realizado verdadeiramente por meio do ato sexual e, com isso, como abjuração direta e herética a Deus. (MAINKA, 2002, p.117)

A INFERIORIDADE DA MULHER NO *MALLEUS MALEFICARUM*

Conforme descrito, o discurso é um mecanismo ideológico baseado em um conjunto de ideias linguisticamente organizadas, orientadas a persuadir o raciocínio de indivíduos por meio de uma oratória construída por um determinado grupo de pessoas. Isto é, pode-se sintetizar que a finalidade do discurso é tornar crível uma ideia por meio do uso de palavras para quem ouvir / ler a mesma. Neste sentido, o livro *Malleus Maleficarum* é resultado de um amplo discurso promovido pela Igreja Católica Apostólica Romana, sendo seu maior diferencial o teor misógino difundido nas mais de quinhentas páginas pelos autores Kramer e Sprenger.

O pensamento que guiou esta obra do século XV está pautado na crença que a mulher carregaria em sua “essência” o pecado original, tendo em vista que para a instituição cristã, a primeira mulher e progenitora de todas as outras é Eva. Na Bíblia consta que Eva seria a primeira mulher humana, criada por Deus para fazer companhia a Adão no paraíso. Porém, por ceder as tentações da serpente que lhe falou sobre o fruto proibido, ela decide comer o fruto e persuade Adão a fazer o mesmo, resultando a expulsão do homem do paraíso. Este ato de Eva na Bíblia é considerado o primeiro pecado da humanidade e foi interpretado pela Igreja Católica como a serpente enquanto demônio, Eva como progenitora dos pecados humanos e Adão como uma vítima da situação, pois, agiu por influência da sua companheira mulher.

Durante os anos de apogeu da Santa Inquisição, o discurso corrente era embasado na suposta culpa que todas as mulheres herdeiras de Eva carregariam o pecado original. Este pensamento desencadeou inúmeras justificativas que estão presentes na obra *Malleus Maleficarum* para embasar a perseguição de gênero, que foi a Caça às Bruxas no final do período medieval e moderno. A figura de Eva e sua constante culpabilização no discurso cristão como promotora da expulsão do homem do paraíso fora sumariamente explorada pelos teólogos dominicanos Kramer e Sprenger, enraizando na mentalidade coletiva que traços pecadores de Eva são inerentes ao feminino, dedicando inúmeras páginas para explicar o porquê são as mulheres as pessoas que mais se associam a bruxaria e, nessa perspectiva, como devem ser penalizadas por tais crimes. Desta forma, todo o sexo feminino carregaria em seu âmago tal culpa, assim, este pensamento serviu como justificativa para

os crimes de gênero promovidos pelo Santo Ofício.

Heinrich Kramer e James Sprenger se propuseram a versar sobre os aspectos da bruxaria e as artes maléficas do Diabo na terra na obra *Malleus Maleficarum*. O objetivo deste manual inquisitorial é ensinar religiosos vinculados ao Santo Ofício e a sociedade civil a identificar, julgar e condenar pessoas suspeitas do crime de bruxaria. São elencados inúmeros crimes diferentes relacionados ao pecado de bruxaria, descrevendo situações do cotidiano para exemplificar para quem lê como identificar de forma didática uma bruxa, isto é, os autores citam um determinado contexto que tal pessoa não comeu a hóstia na missa de domingo, logo, concluem que esta pessoa é uma bruxa. Assim como este exemplo, diversos outros foram citados ao longo do *Malleus*.

Os crimes apontados pelos inquisidores nesta obra não estão estritamente relacionados a um gênero específico, assim, ambos os sexos são passíveis de cometer os pecados descritos e, desta forma, deveriam ser penalizados pelo Tribunal do Santo Ofício. Entretanto, a culpa por tais crimes recaíram, em sua grande maioria, sobre o gênero feminino. Conforme Russel e Alexander a justificativa para este fenômeno está enraizada na organização androcêntrica da sociedade europeia que amparou e deu bases a Caça às Bruxas, assim, a mulher é uma figura mais vulnerável no espectro social, sendo mais fácil penaliza-la neste microuniverso. Nas palavras dos autores:

A antiga misoginia foi reforçada pela crença dualista em uma luta que colocava o corpo e o mal contra o espírito e o bem. Teoricamente, esse dualismo condena tanto a carnalidade masculina quanto feminina, mas em uma sociedade dominada por homens, a luxúria viril era projetada nas mulheres, responsabilizando-as pela concupiscência. Assim, Eva converteu-se no protótipo da sedutora sensual. (RUSSEL; ALEXANDER, 2018, p.145)

Em sociedades falocêntricas encontramos divisões das atribuições sociais entre homens e mulheres, sendo tal função dentro desta dualidade complementar a função do gênero oposto para que sempre exista uma correlação dependência entre os sexos (RUBIN, 1975, p.26). Neste sentido, os anseios sexuais masculinos foram interiorizados no feminino, tornando e apontando na ideia comum a mulher como responsável por promover tais vontades carnis no homem, como é atestado em diversas passagens no *Malleus Maleficarum* — importante frisar que a vontade sexual era considerada parte do pecado mundano da carne. Assim, através de uma reinterpretação do mito de Adão e Eva, o pecado desta última passa a ser sexualizado.

Em certo momento do *Malleus Maleficarum*, Kramer e Sprenger nos apresentam a ideia que o homem possui três competências intrínsecas em seu ser, sendo cada uma destas

governadas por diferentes aspectos. Conforme os referidos autores, a primeira competência seria o espírito, governada unicamente por Deus; a segunda face é à vontade, sendo tal aspecto tutelado por um Anjo; no que lhe concerne, a terceira e última competência, seria o corpo humano, estando sob o amparo dos astros. A figura bíblica do Diabo é considerada superior ao homem, por este ser em seu mito um anjo caído do Senhor, porém, nesta lógica das competências apresentadas no *Malleus*, seu poder pode apenas influir e corromper o corpo, sendo o meio mais simples para tal feito por meio dos órgãos sexuais.

Nesta perspectiva, Kramer e Sprenger defendem a concepção que o hediondo crime de Eva, que ousou colher o fruto da árvore proibida e influenciou Adão a seguir o mesmo caminho, foi transformado em um pecado sexual. Pois, Eva, em tal pensamento, corroborou com o demônio, subvertendo-se as leis de Deus no paraíso e, assim, tornando-se em um ser profano. Rose Maria Muraro explica (2000 p.39): “Quer dizer, aquele pecado que seria o primordial, o ser humano se apossar da árvore do conhecimento, passa a ser sexualizado pelo inconsciente coletivo, e passa então a ser a primeira relação sexual”.

Como tática de escrita para sustentar a ideia desenvolvida no texto, Kramer e Sprenger utilizam uma base argumentativa de autoridade, isto é, ao longo do livro citam constantemente os grandes teólogos da Igreja Católica Agostinho e Tomás de Aquino, como também usam os filósofos clássicos Aristóteles e Platão. Para além destes referidos nomes, eles utilizam como documentação fundamental a Bíblia, sendo este livro considerado incontestável neste contexto. Por meio da citação destes autores em conjunto com passagens bíblicas, Kramer e Sprenger construíram uma narrativa sobre a bruxaria, colocando paulatinamente a culpa por todas as mazelas sociais no sexo feminino e sua suposta tendência a corrupção pelo demoníaco.

Esta visão pautada na dualidade entre o masculino e feminino, difundida pelos inquisidores na obra *Malleus Maleficarum*, pode ser entendida como uma das maneiras utilizadas pelo Tribunal do Santo Ofício no século XV para justificar a perseguição de gênero que estava sendo empreendida na Europa. Em outras palavras, para abonar a ideia do porquê ser a mulher a figura central ligada a bruxaria e, por decorrência, ser o principal alvo da Inquisição.

Percebemos esta ligação expressa logo no início do manual inquisitorial, quando Kramer e Sprenger dedicam um subcapítulo para explicar o fenômeno de caráter feminino da bruxaria, intitulado o mesmo, de forma didática, como: “Por que principalmente as mulheres se entregam as superstições diabólicas” (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.94). Como o próprio título evidencia, os autores se debruçam neste tópico sobre a natureza e

“essência” do sexo feminino, evocando novamente a figura bíblica de Eva para embasar suas afirmações. Desta forma, ao utilizar o nome de Eva reforçam o peso de seu crime na visão cristã, referindo-se ao pecado original, a tendência da mulher ser corrupta em face ao demoníaco e o entrelaçamento sexual que tal pecado foi interpretado. Conforme Kramer e Sprenger:

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. **E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher**, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. **E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente.** (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94. Grifo nosso)

Utilizando como base argumentativa o mito cristão da criação divina do homem e da mulher, mascarando esse discurso com a crença da “razão natural”, os autores argumentam sobre a “raiz” da inferioridade natural da mulher. Conforme os teólogos, a definição da mulher é pautada em um animal imperfeito, criada através de uma costela recurva do peito de um homem, que jamais será tão ponderada quanto alguém do sexo masculino e nem conseguirá desenvolver suas faculdades mentais para equivaler-se ao gênero oposto. Podemos concluir que este é o arquétipo de mulher descrito por Kramer e Sprenger nesta obra.

Neste sentido, o sexo feminino não nos é apresentado somente como inferior intelectualmente aos homens, como citado acima, ele também está abaixo nas questões referentes a fé e religião cristã. Como justificava basilar para tal afirmação, os autores recorrem a uma análise etimológica da palavra “feminina”, apontando que a origem desta palavra evidencia o caráter tendencioso da mulher em ser corrompível frente ao demoníaco, tornando-se facilmente traidora de Deus e cúmplice do Diabo. Nas palavras dos inquisidores: “E tal é o que indica a etimologia da palavra que lhe designa o sexo, pois Femina vem de Fe e Minus, por ser a mulher sempre mais fraca em manter e em preservar a sua fé. E isso decorre de sua própria natureza” (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94-95).

Para concluir este subcapítulo pautado na defesa que a mulher é o ser mais ligado a bruxaria por questões naturais e inerentes a ela, os autores afirmam: “Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la — fenômeno que conforma a raiz da bruxaria” (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.95). Ademais, Kramer e Sprenger utilizam comparações da mulher a animais conhecidos da natureza, para dar maior veracidade em suas alegações, afirmando que a

mesma é um leão por sua ilustre beleza, porém, uma serpente por sua propensão “natural” ao pecado. Ao ilustrar tal comparação na mentalidade de quem lê o manual, é notória a mensagem pretendida pelos autores, ou seja, embora o sexo feminino seja esteticamente atraente, o mesmo não é digno de confiança, pois, existiria uma predisposição natural a traição, vaidade e luxúria.

Sendo assim, por uma justificativa embasada na crença da suposta “natureza da mulher”, o discurso promovido pelos autores reforça a ideia da inferioridade feminina, por ser ela, na visão deles, intelectualmente mais fraca e corruptível nos assuntos tocantes a fé. Deste modo, ela é apontada enquanto tendenciosa a ser seduzida por demônios e assim cair em profanação. Em suma, ela é construída na ideia como perversa por natureza, um bode expiatório (aquele que leva a culpa no lugar de outro) na comunidade, sendo culpabilizada pelas crises que assolam a sociedade.

Analisando a obra *Malleus Maleficarum* a partir da teoria de gênero, percebemos que a mulher é colocada paulatinamente como inferior ao homem no discurso promovido pelos autores. A ideia que Kramer e Sprenger discorrem no manual sobre a inferioridade feminina está presente no caminho dual que a mesma pode seguir, isto é, se tratando de uma mulher de fé, ela é submissa e leal a seu marido, porém, quando é considerada uma bruxa perversa, é submissa a figura do Diabo.

Portanto, o protagonismo feminino está sempre vinculado ao masculino em diferentes contextos, conforme o *Malleus Maleficarum*. O suposto pacto entre mulheres bruxas e demônios, que seria um acordo que cederia poder a mulher, é descrito enquanto uma troca desigual, no qual a mulher abjuraria de si e iria se entregar ao Diabo de corpo e alma, sendo sua eterna serva submissa, obedecendo fielmente suas ordens. Nesse sentido, mesmo o sexo feminino conquistando um certo poder, ela ainda seria submissa a uma figura masculina. Pois, na perspectiva dos inquisidores do *Malleus*, a ideia que a mulher obtivesse protagonismo próprio era incabível, tendo em vista o contexto falocêntrico de sociedade — interessante frisar que os autores mencionam mulheres que foram referentes dentro da instituição cristã, afirmando que somente tiveram destaque, pois, Deus permitiu que um anjo agisse por elas (KRAMER, SPRENGER. 2017, p.95). Ou seja, retirando todo o mérito do feminino. Neste ângulo, Zordan versa sobre a incompatibilidade que há no pensar daquela sociedade entre a mulher e o poder, nas palavras dele:

Na lógica patriarcal, o poder da bruxa advinha de sua convivência com os demônios e do seu pacto com o diabo. Era inconcebível imaginar que a mulher, por si própria, tivesse a capacidade de curar e lançar malefícios sobre o corpo ou realizar certos fenômenos ditos “sobrenaturais”. No *Malleus Maleficarum* fica claro que, se alguma bruxa operou algum

prodígio sem a ajuda do diabo, certamente foi porque serviu como instrumento para que Deus realizasse alguma das obras necessárias para o aperfeiçoamento do 'plano divino'. Como subordinado de Deus, o diabo servia se da bruxa para testar a fé dos homens e também de mulheres virtuosas. Mesmo as damas de 'boa conduta' eram suscetíveis aos cortejos infernais porque as mulheres eram mais 'facilmente seduzidas pelo pecado' (ZORDAN. 2005, p.333)

Existe um antagonismo muito grande presente na narrativa construída nas páginas do *Malleus Maleficarum*: ao mesmo tempo que Kramer e Sprenger defendem a ideia da superioridade intelectual e religiosa do masculino, sendo menos propenso a abjurar da sua fé, o homem também é tornado vítima das situações, isso está presente tanto no mito de Adão e Eva, quanto as questões referentes a bruxaria. Esta última situação está presente em diversas passagens da obra, afirmando que determinado homem — sempre de boa reputação — fora vítima de uma bruxa maléfica, que agindo junto ao demônio (pois, sozinha a mulher seria incapaz) o enfeitiçou e o fez agir de maneira errada, sendo corrompido por demônios. Portanto, pensando no gênero feminino pautado nesta visão, ela é, ao mesmo tempo, inferior, porém, culpada por conseguir tornar o homem vítima em situações.

QUEM ERAM AS BRUXAS?

A Europa enfrentou diversas crises em seu território ao longo século XIV, desde instabilidades políticas, conflitos internos até uma pandemia de peste-negra. Neste sentido, após a crise sanitária da peste, ocorreu uma redução no número de habitantes do velho continente, estima-se que cerca de 1/3 da população europeia foi dizimada durante a epidemia. Esta crise foi influente na construção ideológica da Inquisição, pois, os médicos não sabiam explicar tal fenômeno e também não encontravam a cura, culpabilizando assim, as bruxas de serem as causadoras desta doença misteriosa. Deste modo, a Igreja Católica interpretou a crise sanitária da peste bubônica enquanto uma punição de Deus pelos pecados humanos face ao demoníaco, imbuindo o Tribunal do Santo Ofício de livrar os territórios cristãos da profanação das bruxas.

Isto posto, determinadas práticas e costumes foram relacionados a magia e bruxaria no período de regência do Tribunal do Santo Ofício. Tais práticas, foram reconhecidas e legitimadas pela Igreja Católica enquanto elementos maléficos que deveriam ser combatidos. Tendo isto em mente, percebemos que esta crença na veracidade no sobrenatural fazia parte do imaginário coletivo que cercava a sociedade civil europeia e potencializava o sentimento de medo frente as inúmeras instabilidades e crises que ocorriam. Juntamente a este reconhecimento da feitiçaria e o medo crescente que assolava a população comum

temos os manuais inquisitoriais, isto é, discursos da Igreja em formato de livro, que demarcavam veementemente o sexo feminino enquanto ser inferior ao homem (intelectual e espiritualmente), sendo o ela mais tendenciosa a hesitar de sua fé frente as tentações demoníacas.

Este conjunto de ideias e as referentes instabilidades do século XIV formaram os elementos basilares para a perseguição de gênero que foi a Caça às bruxas europeia. Entretanto, outro ponto deve ser mencionado, o Tribunal da Inquisição também foi um mecanismo utilizado pela Igreja Católica para se manter estável no poder em meio as rupturas que ocorriam, sendo parte da Contra-Reforma. Podemos citar como exemplos destes abalos a instituição cristã: a transição do medievo para a modernidade, o avanço da ciência e desmitificação das crenças, a Reforma Protestante e o avanço da medicina.

A inquisição se organizou em formato de tribunais e processos, instigando a população civil a vigiar e denunciar anonimamente seus vizinhos da comunidade suspeitos de práticas heréticas – inicialmente a denúncia não era anônima, porém, pela exposição a população não denunciava. Existiam alguns critérios para que tais denúncias fossem efetivadas, entre elas, a Inquisição não poderia aceitar uma denúncia de um inimigo mortal do suspeito, para que isto não ocorresse, perguntava-se para o acusado sobre seus inimigos, se este citasse o nome de um inimigo mortal e ele fora o denunciante, sua acusação era retirada, pois, não era considerada justa e tendia a ser uma denúncia falsa.

Após a denúncia efetivada a Inquisição, o suspeito era colocado sob investigação, sendo intimado a um interrogatório para responder pelos respectivos crimes que fora acusado, podendo haver ou não tortura. Neste sentido, as acusações feitas contra aqueles que não possuíam condições para sustentar uma ampla defesa era uma maneira viável para inflar o imaginário da sociedade civil almejado pela Inquisição, assim, realçando a amplitude e contraste do mito sobre bruxaria no meio social.

Indiscutivelmente após o século XV o principal alvo da Inquisição foi o gênero feminino, pois, de acordo com o discurso cristão qualquer mulher poderia ser tentada e corrompida pelos incubos e súcubos, assim, passar a praticar atos de sortilégio. Entretanto, para além do recorte gênero, outra delimitação social também foi pautada: a classe social. Nas palavras de Gonçalves (2011, p.7): “as pretensas bruxas eram em sua maioria mulheres velhas e miseráveis, cuja condição miserável do gênero e também do lugar social facilitaria a profusão da bile negra que desequilibraria as faculdades do espírito e do corpo”.

Brian Levack (1988) defende a concepção de que um dos motivos pela qual a mulher foi o principal alvo da caça às bruxas, ocorreu pelo aumento de mulheres que estavam fora

da tutela de um homem. Em uma sociedade marcadamente falocêntrica era inconcebível romper com os dogmas estipulados pelo sistema cristão vigente, tornando-as alvos fáceis de culpabilização pelas crises que ocorriam, colocando o clero como o grande salvador.

Partindo desta perspectiva, acusar alvos fáceis como mulheres idosas, subalternas em situações de vulnerabilidades sociais, era um meio simples de alimentar um imaginário popular que ardia por respostas as constantes crises que ocorriam, em outras palavras, era um caminho de fácil aceitação para a propagação dessas supostas acusações diabólicas e as “soluções” trazidas pelos membros de Igreja para estes períodos conturbados.

Na longa Idade Média, as mulheres geralmente exerciam as funções de parteiras de suas comunidades, sendo passada tal função de mãe para filha, assim, o gênero feminino acabava tendo estreita relação com as práticas medicinais, idosos e crianças. O motivo pelo qual, normalmente, era a mulher quem realizava o parto está vinculado ao conhecimento do próprio corpo e, por decorrência, o conhecimento dos corpos femininos e seus funcionamentos. Este vínculo entre a mulher e a medicina muda com a inserção de homens neste ramo profissional, no qual a mulher passa ser considerada suspeita de bruxaria e o homem vira o então médico científico — inicialmente o número de mortes de mulheres no parto aumentou consideravelmente com a inclusão do masculino nesta esfera. Essa relação entre a vida e a morte foi utilizada como força motriz para a perseguição de mulheres pela Inquisição. Segundo Mainka:

As mulheres foram especialmente escolhidas de cair em suspeita devido às suas estreitas relações com crianças, doentes e velhos, à sua proximidade com o parto e a morte e à sua tarefa de providenciar a alimentação. Tudo isso eram áreas nas quais havia muitas acusações de bruxaria (MAINKA, 2002, p.128)

Através do discurso promovido pelas autoridades religiosas dos povoados o arquétipo da feiticeira essencialmente maldosa foi traçado na mentalidade civil europeia, sendo considerada mais uma das heresias que deveriam ser perseguidas pelos inquisidores, tendo em vista que “a diferença mais importante entre a heresia e a bruxaria é que esta última era considerada um crime feminino” (FEDERICCI, 2017, p.323). Nesse sentido, o medo da bruxa, difundido no meio social resultou em uma sede de revoltas e indignações no povo que estava exposto às crises de transição que oscilavam no ocidente.

Portanto, neste campo do pensamento social onde a ideia pautada na inferioridade da mulher perante o masculino e a tendência pecaminosa já estava semeada, culpara figura mítica do Diabo e atribui a sua imagem a culpa pelas mazelas sociais que abalavam o período era prático. Entretanto, demônios eram parte do universo supersticioso, não sendo

seres materializados, sendo assim, não poderiam receber punições corpóreas. Já, a mulher bruxa, sua fiel discípula, estava presente fisicamente. A representação da bruxa nas lendas e estórias era de uma mulher que se entregava de corpo e alma ao Diabo, merecendo pena capital por tamanha ofensa a Deus.

Neste contexto de tamanho medo e fragilidade, uma mulher que se assemelhasse ao arquétipo de bruxa construído na mentalidade – velha, solitária e pobre ou jovem, sexualizada – era passível de ser acusada de feitiçaria. Ademais, a histeria coletiva promovida pela Igreja fundamentou a ideia que a mera subversão do feminino a conduta imposta e esperada seria um motivo para acusação de ser bruxa, pois, seria ela facilmente corrompível pelo Diabo. Desse modo, tais mulheres após serem consideradas bodes-expiatórios, eram linchadas socialmente por suas comunidades, sendo humilhadas, acabavam trilhando um caminho de solidão, não raras vezes acompanhados de tortura e, por fim, a morte pela fogueira.

A casta de mulheres postuladas como bruxas supostamente cometia inúmeros crimes noturnos, entre eles: comer crianças não batizadas e participar de orgias sebásticas com os demônios. Tal ideia, era comprovada pelo pensamento mórbido entorno das mulheres em situação subalternidade — idosas, ignorantes e pobres – que homens letrados não compreendiam, assim, utilizavam de tal situação para sustentar o caráter ilusório da bruxaria (GONÇALVES, 2011).

Em tal perspectiva, ao analisar as mulheres que foram tarjadas como “bruxas” percebemos que esse estigma estava vinculado a um conjunto de ideias que estas mulheres representavam em seu período. Descritas no *Malleus Maleficarum* como sedentas por poder e auxiliadas pelos demônios para conseguir se destacar, pois, a mulher somente como mulher não poderia ter destaque por sua inferioridade “natural”. Portanto, por desmedida ambição – característica não atribuída ao gênero feminino – ela torna-se maléfica e tendenciosa ao pecado, afrontando Deus e merecendo a morte pela fogueira, único modo de salvar sua alma.

Pagando por crimes tais como dançar nua sob o luar, a bruxa é marcada pelo despudor e pela degeneração do corpo. Mulheres incômodas para a comunidade, viúvas solitárias ou vizinhas indiscretas, as bruxas eram aquelas cujas práticas eram consideradas crimes mais graves do que as heresias. Sedenta por poder, a bruxa é maléfica e corruptora, de modo que, tanto na realidade como na ficção, todas as histórias de bruxas terminam com o castigo por sua insubmissão: força, fogueira, solidão. (ZORDAN, 2005, p.332-333)

Posto isso, era necessário um inimigo a ser combatido e culpabilizado pelos tempos conturbados e imersos em crises, deste modo, mantendo enraizado na mentalidade de

população civil a função essencial do clero católico enquanto defensor bondoso que combatia o mau diabólico corporificado nas mulheres (BITTENCOURT, 2019, p.135).

Mulher, o animal imperfeito, facilmente corrompível e maléfica. Mulheres idosas, mulheres curandeiras, mulheres parteiras, mulheres pobres, viúvas, órfãs, prostitutas, mulheres em condições degradantes. Mulheres, apenas simples pessoas do gênero feminino. Mulheres que deveriam ser controladas por uma figura masculina, no qual um discurso de autoridade legitimava e cobrava isso, aquelas que não condiziam com tal ideal, eram as chamadas “bruxas”, acusadas, julgadas e mortas no período da Inquisição.

Este pensamento que parece tão distante, transcendeu os séculos e ainda está presente no imaginário popular da contemporaneidade, sendo utilizado de forma sublime por figuras políticas e religiosas como arma, com a mesma finalidade de controlar o corpo feminino subversivo no mundo atual. É necessário pensar a demonização histórica do corpo feminino e refletir o quanto isso colocou os corpos num papel passivo em relação a ataques de todos os tipos, sendo as mulheres ainda hoje culpadas por serem agredidas e violadas no discurso popular. Portanto, percebemos como medo do feminino subversivo ainda persiste na contemporaneidade, mesmo que de forma sublime e estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luz do exposto, podemos concluir, que a articulação e veiculação das ideias aqui expostas culminaram em uma grande perseguição de gênero no período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Estes três pilares – imaginário cristão crível a respeito bruxaria, a concepção de inferioridade natural da mulher, traçado no *Malleus Maleficarum* e o recorte social vinculado a mulher bruxa – desencadearam uma imagem do inimigo ideal para culpabilizar nos períodos de crises que assolaram a Europa, criando assim, um arquétipo de vilão no imaginário popular que deveria ser punido.

A representação da mulher-Eva, primeira pecadora, foi ressignificada e transformou-se na diabólica mulher-bruxa, serva de Lúcifer. Porém, ainda que a bruxa possua grande poder, a mesma está sob jugo de uma figura masculinizada, sendo a imagem bíblica do Diabo o verdadeiro responsável pelo poder, assim, a mulher-feiticeira seria apenas sua serva. Nesse sentido, a suposta “inferioridade natural” da mulher, tão versada por Heinrich Kramer e James Sprenger na obra *Malleus Maleficarum*, está representada no discurso binário entre Bem e Mal dos autores, isto é, a representação da mulher é inferiorizada tanto como bruxa quando mulher católica devota.

Nesta perspectiva, percebemos como o gênero biológico feminino fora paulatinamente

traçado no imaginário corrente como perverso e inferior ao masculino. Sendo que o recorte de gênero foi utilizado como força motriz para motivar um enorme contingente de pessoas a apoiarem com vigor inúmeros assassinatos de mulheres na fogueira e na forca, estes imaginando estarem livrando-se de um mal, um bode-expiatório no ocidente cristão visando pôr fim aos tempos instáveis. Por fim, para atestar o caráter sexista da Inquisição, nas palavras de um dos autores da obra aqui analisada: “Como diz, James Sprenger, inquisidor e teórico da demonologia, também autor do *Malleus Maleficarum*: ‘se hoje queimamos as bruxas é por causa de seu sexo feminino’” (FREIRE et al., 2006, p.56).

A Inquisição se mostra como uma ferramenta para fins de controle, deste modo, o ato de impor no discurso cristão a ideia da bruxa como mulher contrária ao ideal é uma maneira de cunho formativo de doutrinar o que pode ou não cometer uma mulher. Em outras palavras, a imagem da bruxa ensina às mulheres o que não fazer – não se opor aos homens, não chegar tarde em casa, não ser arrogante. Essas representações, no entanto, nos mostram o medo das mulheres no fim da Idade Média e na Idade Moderna – o medo de que as mulheres quebrem a ordem.

Uma crise de transição, um inimigo criado no imaginário social e um alvo fácil de culpabilização, representado como inferior e maléfico na sociedade, todos estes são elementos que embasaram a grande Caça às Bruxas.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Sara Schneider de. O medo do feminino em construção no século XV. *Revista Ágora*. Vitória, n. 30, 2019, p. 119-137.
- BOFF, Leonardo. Prefácio. In: EYMERICH, Nicolau. *Directorium Inquisitorum*: Manual dos inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. – 1 Ed. – São Paulo: Elefante, 2017.
- FREIRE et al. A figura feminina no contexto da Inquisição. *Educare et Educare*. Paraná, v.1, n.1, jan/jun 2006, p. 53-58.
- GINZBURG, Carlo. *História Noturna*: decifrando o sabá. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- GONÇALVES, B. G. D. O. O MAL DA BRUXARIA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299637317_ARQUIVO_2011-XXVIANPUH-Artigo-Omaldabruaria.pdf Acessado em: 19 jun. 2020.
- LEVACK, Brian P. *A caça às bruxas*: na Europa no limiar da Idade Moderna. Tradução Ivo Korytowski – Rio de Janeiro: Campus, 1988.

- MAINKA, Peter Johann. A Bruxaria nos tempos modernos: Sintoma de crise na transição para a Modernidade. *Revista História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 37, p. 111-142, 2002.
- MURARO, Rose M. *Textos da Fogueira*. Brasília: Ed. Letra viva, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PIMENTEL, Helen Ulhôa. Demonologia, bruxas e estereótipos. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.1, n.2 jan-jun, p.33-54,2012.
- RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*. SOS Corpo, Recife, 1993.
- RUSSEL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. *História da Bruxaria*. Traduzido por Álvaro Cabral, William Lagos. – 2 Ed. – São Paulo: Aleph, 2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, p .71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acessado em: 18 de jun. 2020
- _____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- _____. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989.
- SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.
- ZORDAN, Paola B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. *Estudos Femininos*. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005.

FONTES

- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. – 28ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.

Recebido em 13/05/2021

Aprovado em 30/11//2021